

Dispositivo de diferenciação masculino/feminino: do corpo molar ao corpo molecular – algumas implicações ao ensino de Biologia

Luís Henrique Sacchi dos Santos¹

Resumo

Discuto, aqui, como o *dispositivo de diferenciação masculino/feminino*, no âmbito das tecnobiociências, atua na direção de “ter que descobrir, dar nome e explicar” diferenças de gênero e sexuais que supostamente “estão no mundo”, as quais tem passado de uma compreensão molar do corpo (apreensível ao olhar clínico) para outra, molecular (inapreensível ao olhar “desarmado”), seguindo em direção à colonização das mais infinitesimais partes desse corpo. Desde uma perspectiva feminista de gênero assumo que esse dispositivo produz as diferenças que diz ter “descoberto” e, na contramão, que nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual: “o sexo” não é uma categoria física pura; a ciência é política; aquilo que no corpo marcamos como masculino e feminino já vem “misturado” em nossas ideias sobre o gênero. Tal compreensão apresenta alguns desafios ao ensino de biologia, posto que tensiona categorias tidas como naturais e, portanto, dadas desde sempre.

Palavras-chave: biologia; tecnobiociências; dispositivo; gênero; corpo.

Device (*dispositif*) of differentiation masculine/feminine: from molar’ body to the molecular body - some implications for the teaching of Biology

Abstract

Here I discuss how the device (*dispositif*) of differentiation masculine / feminine, within technobiosciences, acts towards “having to discover, name and explain” gender and sexual differences that supposedly “are in the world”, which has gone from a molar understanding of body (apprehensible to the clinical look) to another, molecular (inapprehensible to look “unarmed”), heading for the colonization of the most infinitesimal parts of the body. From a feminist perspective of gender I assume that this device produces differences that claims to have “discovered” and on the other hand that our bodies are too complex to give clear answers on sexual difference: “sex” is not a pure physics category; science is politics; what you mark on the

¹ Licenciado em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS). E-mail: luishss2009@gmail.com

body as masculine and feminine have been “mixed” in our ideas about gender. This understanding presents some challenges to the teaching of biology, since problematizes categories taken as natural and therefore always given.

Key-words: biology; tecnobioscience; device; gender; body.

1. A “ORIGEM” DE TUDO: UMA BIOLOGIA DA INCOMENSURABILIDADE

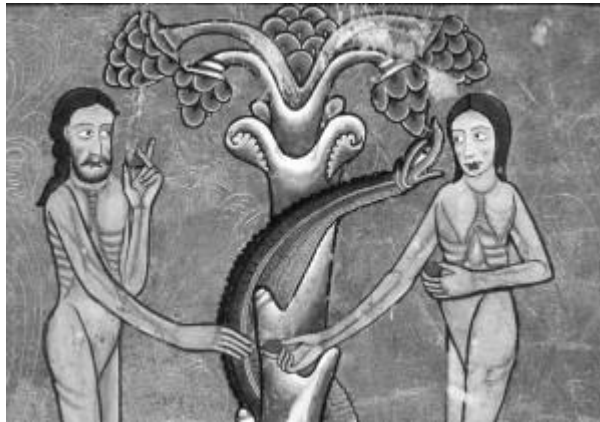


Figura – 1: Adão e Eva Iluminura, Manuscrito Hunterian 209, séc. XII. Universidade de Glasgow, Escócia.

Poder-se-ia começar este texto, a partir da imagem exibida acima, afirmando que diferenças de gênero entre homens e mulheres “sempre existiram”. Em outras palavras, desde que o mundo é mundo, ou desde que se fala sobre as coisas que estão no mundo, tais diferenças (e as assimetrias nas relações de poder delas decorrentes) vem sendo marcadas numa série de instâncias e práticas culturais (religiosas, sociais e, mais recentemente – pelo menos nos dois últimos séculos – biológicas) como se elas “sempre tivessem existido”. Argumento, aqui, que elas foram inventadas em dados contextos culturais, porque produto do social, e, depois, apresentadas como *a* própria natureza.

Embora Adão e Eva não tenham sido os primeiros, a figura mítica deste primeiro homem e desta primeira mulher (bem como as diferenças entre eles) atravessa os tempos e, já secularizada, está presente em inúmeras

representações². As diferenças básicas entre os dois são conhecidas não apenas em relação àquilo que “se pode ver” desde a lógica binária em que estamos imersos (Adão é um homem/Eva é uma mulher)³, mas também em relação àquelas diferenças associadas aos modos de ser de ambos: é Eva – emotiva – que cede à serpente.

É certo que inúmeras análises foram feitas sobre essa figura mítica e não é minha pretensão resgatá-las (vide SILVA e ANDRADE, 2009). Quero, antes, usar tal figura – agora numa versão mais contemporânea – para falar acerca de um processo de diferenciação que, sob pena de fazer um uso mais leviano do conceito, estou chamando de *dispositivo de diferenciação masculino/feminino*⁴. Também é preciso dizer que não pretendo discutir qualquer processo de diferenciação, senão aquele que vem se dando, ao menos de modo mais evidente desde o século XIX (SCHIEBINGER, 1998; FAUSTO-STERLING, 2001/2; ROHDEN, 2004; 2008; MEYER, 2005; MARCELLO, 2009), no âmbito das biociências. Rohden (op. cit.), por exemplo, analisando as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1833 e 1940, refere que

há uma diferença de consideração a respeito das duas metades que compõem a humanidade (...) [e] é nesse sentido que podemos sugerir que a medicina, em particular as especialidades dedicadas à mulher e à reprodução, se converte em uma verdadeira ‘ciência da diferença’ (p.186).

Retomando os estudos de Thomas Laqueur (em *Inventando o sexo*), no que se refere aos modelos sexuais discutidos por ele (de um sexo: masculino com diferentes gradações; de dois sexos: masculino e feminino como corpos completamente distintos), Rohden fala relativamente a esse último modelo em

² Uma breve busca nas imagens do Google, a partir dos termos “Adão e Eva”, revelará uma grande quantidade de obras, releituras e livros interpretações dessa figura mítica, incluindo a interessante “releitura” de “Eva” oferecendo a “maça azul” (fazendo referência ao Viagra, da Pfizer) a “Adão”.

³ Discutindo os limites que os antropólogos e antropólogas têm em relação as suas interpretações do mundo, Fausto-Sterling (2001/2) refere que eles têm que “inventar categorias onde colocar a informação reunida. Inevitavelmente, algumas das categorias inventadas envolvem os próprios axiomas não questionados da vida das(os) antropólogas(os), o que alguns estudiosos chamam de ‘proposições incorrigíveis’. A idéia de que há apenas dois sexos é uma proposição incorrigível” (p.56). Ela também refere que “as feministas têm suas proposições incorrigíveis, e uma das centrais é de que todas as culturas (...) ‘organizam seu mundo social segundo uma percepção dos corpos humanos’ como macho e fêmea” baseadas na imposição de um sistema de gênero (p.57).

⁴ Vide discussão acerca da opção pelo uso da expressão “dispositivo de diferenciação masculino/feminino” na seção 3 deste texto.

termos de uma “biologia da incomensurabilidade” (2004, p.187) – expressão bastante produtiva para se pensar as diferenças entre masculino e feminino.

Para os fins deste texto não me deterei numa conceituação de diferença, conceito que tem sido discutido por inúmeros autores, entre os quais destaco os estudos e traduções de Silva (1999, 2000, 2002). Penso, contudo, que as perguntas colocadas por Brah são bastante produtivas para balizar a direção em que gostaria que tal questão fosse pensada, qual seja, *a diferença como relação social*:

Como a diferença designa o ‘outro’? Quem define a diferença? Quais são normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? Qual é a natureza das atribuições que são levadas em conta para caracterizar um grupo como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente? (BRAH, 2006, p.359).

2. TECNOBIOCIÊNCIAS: A SAGA DA “ORIGEM” CONTINUA

A partir das considerações de Haraway (1997), passo a denominar de tecnobiociências o conjunto heterogêneo de investimentos das biociências na direção de encontrar “a verdade” na natureza dos corpos. Essa autora apresenta uma provocativa compreensão de tecnociência, referindo-a como algo que “excede extravagantemente a distinção entre ciência e tecnologia, assim como aquelas distinções entre natureza e sociedade, sujeito e objeto, e o natural e o artificial que estruturaram o tempo imaginário chamado modernidade” (HARAWAY, 1997, p.3-4; vide também LATOUR, 1994). Valendo-se desta caracterização, penso que é possível inserir a palavra “bio” entre tecnologia e ciência também para, junto com Haraway, entender as mutações que estão se realizando no modo como a biologia tem narrado nosso presente e nossos futuros com base numa “história de verdades”, muitas delas iniciadas no passado com continuidades no presente.

Com base nestes aportes, é preciso dizer que entendo a tecnobiociência não como “o conhecimento/a técnica” que fará emergir “a verdade” a partir da realidade obscura e silente dos corpos, revelando, através de inúmeros esquadrinhamentos, o que esse corpo é mesmo (vide CITELI, 2001). “A verdade”, aqui, mesmo essa da biologia, se constitui como uma construção

social, como algo que só passa a ter sentido a partir do modo como falamos dela, pois se a ideia do corpo como conceito material já nos chega contaminada (“contendo dentro dela idéias pré-existentes sobre diferença sexual”), devemos olhar o corpo como um sistema que tanto produz o social quanto é produzido por ele, “exatamente como qualquer organismo biológico sempre resulta das ações simultâneas e combinadas de natureza e criação” (FAUSTO-STERLING, 2001/2, p.64). Essa mesma autora ainda refere que

cada vez que tentamos voltar ao corpo como algo que existe antes da socialização, antes do discurso sobre macho e fêmea, [como] diz Butler, 'descobrimos que a matéria está inteiramente sedimentada com discursos sobre o sexo e a sexualidade que prefiguram e limitam os usos que podemos fazer desses termos [numa matriz de gênero]'. (...) E se os pontos de vista sobre sexo e sexualidade já estão embutidos em nossos conceitos filosóficos de como a matéria forma os corpos, a matéria dos corpos não pode constituir um campo neutro e pré-existente a partir do qual compreendemos as origens da diferença sexual (op.cit., p.62-3).

Aqui cabe uma breve digressão para destacar o lugar da ciência na construção do mundo. Como refere Latour (2001), isso que chamamos de mundo é condicionado em palavras a partir de uma série de inscrições que dão caráter de realidade a ele, o que não significa que tais palavras e modos de apreensão (registros na forma de números, gráficos, diagramas, tabelas, fotografias, imagens de toda a ordem, mapas, prospecções, etc.) sejam o próprio mundo. Não se trata, pois, de realismo (“espelho da natureza”), mas de construção, de hibridismo, de constituição. É desde este lugar que quero marcar esse *dispositivo de diferenciação masculino/feminino*, entendendo-o como um operador que institui a diferença entre homens e mulheres como algo que *está* no mundo (como algo inato e constitutivo da própria diferenciação: determinismo biológico⁵) e que é preciso revelá-la para que se possa assim chegar “à verdade” que venha a definir de modo mais acurado o que é um e o que é o outro. Uma verdade que sempre é postergada, remetida a uma maior precisão a ser descoberta num dado futuro⁶.

⁵ Citeli (2001) refere alguns exemplos clássicos desse tipo de reducionismo (racista, classista, sexista), especialmente aqueles localizados no cérebro, realizados desde finais do século XIX, e que buscavam provar que quanto maior o cérebro, maior a inteligência de uma pessoa. Rohden também destaca certa linha de continuidade neste “afã” de encontrar as diferenças entre os corpos: “percebe-se a presença de uma necessidade de ‘essencialização’ das diferenças entre homens e mulheres ao longo do último século, que remete necessariamente à tradição dualista que tem caracterizado a cultura ocidental moderna” (ROHDEN, 2008. p.148).

⁶ Nesta direção é interessante analisar como a verdade científica ao mesmo tempo em que apresenta os “achados” advindos da pesquisa como o conhecimento mais atual e abalizado para

Essa precisão, tal como referi no início deste texto, parece estar no mundo e existir desde sempre – como bem expressa a propaganda da Mizuno apresentada a seguir, “*Homens e mulheres sempre foram diferentes. Inclusive na forma de correr*” (figura – 2). Esse desde “sempre”, entretanto, tem uma história que algumas autoras feministas da história da ciência têm tensionado em diferentes momentos. Fausto-Sterling (2001/2) refere, na direção da diferenciação masculino/feminino, que

os modos europeus e norte-americanos [ou seja, o modo ocidental] de entender como funciona o mundo dependem em grande parte do uso de dualismos – pares de conceitos, objetos ou sistemas de crenças opostos – (...) [utilizados] em alguma forma de argumento hierárquico (Ibid., p.60).

Meu argumento, aqui, seguindo outro texto de Haraway (1992), é o de que na busca “da verdade” da diferenciação entre homens e mulheres, em sentido amplo, a tecnobiociência está indo cada vez “mais fundo” – “onde nenhum homem foi antes” – para revelar, no íntimo do corpo, qual é ou quais são, afinal, as “reais” diferenças entre homens e mulheres. É neste sentido que emprego a compreensão de Rose (2007), de que atualmente estamos passando de um modelo de *corpo molar* (que tem massa, dimensões apreensíveis ao olho humano: órgãos como fígado, rins, coração; fluxo sanguíneo, hormônios, etc.), sobre o qual atuamos e investimos (procurando aperfeiçoar através de dietas, exercícios, tatuagens e cirurgia estética), e que foi o foco da medicina clínica a partir do século XIX em diante, para outro, denominado *corpo molecular* (propriedades funcionais das proteínas e suas topografias moleculares; formação de elementos intracelulares particulares – canais iônicos, atividades enzimáticas, genes, potenciais de membrana: dimensões inapreensíveis ao olho humano), que requer outro nível de visualização da medicina – o molecular. Segundo Rose, “o olhar clínico tem sido complementado, se não suplantado, por esse olhar molecular, ele mesmo

dizer o que são “as coisas” também remete a confirmação dessa verdade para o futuro. Exemplo disso pode ser encontrado no artigo “Nós e eles”, da edição especial “Mulher – novos limites para o corpo”, da *Scientific American*, que apresenta sinteticamente os achados de diferentes pesquisas que buscam mapear as diferenças entre “eles e elas” ao mesmo tempo em que destaca, mesmo que timidamente, os limites para isso. Os efeitos de tal busca pelas diferenças não tardam a aparecer, mesmo sem as tão esperadas evidências/comprovações científicas, em frases como: “quanto mais descobrimos como os mecanismos de aprendizagem diferem entre os sexos, maior a probabilidade de que tenhamos de levar em conta que os ambientes de aprendizado ideais possam ser diferentes para meninos e meninas” (Scientific American, s/d). Ora, não seria de se perguntar se não seria precisamente o ambiente, a relação entre ele e o indivíduo, dos indivíduos entre si e suas trajetórias, que constituiriam as diferenças tidas, “na origem”, como biológicas. A versão masculina (“Homem – sexo e qualidade de vida”) dessa edição especial não escapa à mesma lógica binária “original”.

imerso em um estilo ‘molecular’ de pensar sobre a própria vida” (ROSE, 2007, p.12). Tal deslocamento, do corpo molar para o molecular, também é evidente nas pesquisas que visam encontrar as “novas” diferenças entre os corpos masculinos e femininos, constituindo-se, assim, nas novas fronteiras de investimento da tecnobiociência na direção de “revelar” verdades⁷.

É também fazendo uso desse *dispositivo de diferenciação* (biológica) pautada nas diferenças de gênero que a tecnobiociência tem “capturado e colonizado” dimensões até então inapreensíveis (por exemplo, o amor e a beleza⁸) que, mais uma vez, reafirmam tais diferenças como dadas por natureza. Isso não significa, obviamente, que deixamos de nos perceber como corpos molares, como materialidades apreensíveis. Trata-se, antes, de um deslocamento nos modos de pensar e agir sobre o corpo.

Na Figura 2, vemos à esquerda uma Eva (Ariane Monticeli – triatleta Mizuno) e à direita um Adão (Fábio Carvalho – triatleta Mizuno). São seus corpos nus – porém malhados, à moda da cultura somática⁹ contemporânea –

⁷ Note que neste texto estou me limitando a discutir a “clássica e evidente” distinção masculino/feminino, instaurada pela própria matriz de gênero em que estamos inscritos e que nos permite/faz pensar neste par binário como a única possibilidade válida de enquadramento e classificação dos corpos (vide a discussão realizada por Arán acerca da teoria de Françoise Héretier – ARÁN, 2003, p.408-12). Em outras palavras, quero dizer que estou deixando de lado para os fins deste texto (mesmo que isto limite a análise) a já extensa e importante discussão que tem sido realizada em relação aos corpos intersexuais, que desafiam e põem em xeque o caráter natural e essencial desse par binário (vide FAUSTO-STERLING, 2001/2; BUSTORFF-SILVA & MIRANDA, 2004; MACHADO, 2005, 2008; ARÁN, 2009).

⁸ Vide, por exemplo, os livros de duas autoras norte-americanas (*Por que amamos* – a natureza e a química do amor romântico, de Helen Fisher, e *A lei do mais belo* – a ciência da beleza, de Nancy Etcoff), assumidos como inseridos numa vertente *essencialista biológica*, contrapostos a partir de inúmeros outros autores e autoras inseridos numa vertente *construcionista social*. *Porque amamos*, de Helen Fisher, parte do pressuposto de que o amor é um impulso humano fundamental, isto é, selecionado pelas pressões seletivas da evolução porque teve (e tem) importante papel na sobrevivência da espécie humana (e de outras espécies também). A autora colocou homens e mulheres “perdidamente” apaixonados em aparelhos de alta tecnologia de imageamento cerebral (conhecido como Ressonância Magnética Funcional – fMRI) e localizou em seus cérebros diferenças de gênero nas regiões envolvidas no mecanismo do amor. Em outras palavras, a autora mostrou como homens e mulheres agem diferentemente em relação ao amor a partir de zonas de luz, sombra e cores nas imagens do cérebro interpretadas a partir dos pressupostos da seleção natural. Assim, o amor, até então matéria de opinião, adquiriu materialidade nas imagens de escaneamento cerebral (e nos níveis de dopamina, serotonina e noradrenalina), tornou-se visível, mapeável, localizável. Nancy Etcoff, por sua vez, acredita que a beleza é também algo incrustado em nossos genes e cérebros e, portanto, tem uma função de sobrevivência, tal como expressa pela seleção natural. Para ela, “a busca apaixonada da beleza reflete a ação de um instinto básico” (ETCOFF, 1999, p.15-6).

⁹ Para um aprofundamento acerca do que vem a ser ‘cultura somática’, vide Costa (2004) e Ortega (2008).

ostentando um tênis Mizuno, tomando o lugar da folha da videira, que nos remete à referida figura (ou casal) mítica(o). Eles estão lado a lado, voltados para a leitora e o leitor, assim como a sola do tênis, sobre um fundo preto. O que se destaca são seus corpos de triatletas, trabalhados por inúmeras outras extensões orgânico-tecnológicas (dietas, programas de exercícios, equipamentos, etc., que estendem e ampliam as capacidades de seus próprios corpos), e a sola do tênis, também ela uma extensão ciborgue que os torna, no caso, seres “mais aptos” para correr por grandes extensões. Em resumo, tanto os corpos quanto a sola do tênis nos remete à incorporação da tecnologia, portanto, às ações decorrentes da tecnobiociência na fabricação dos corpos (KUNZRU, 2000; HARAWAY, 2000).

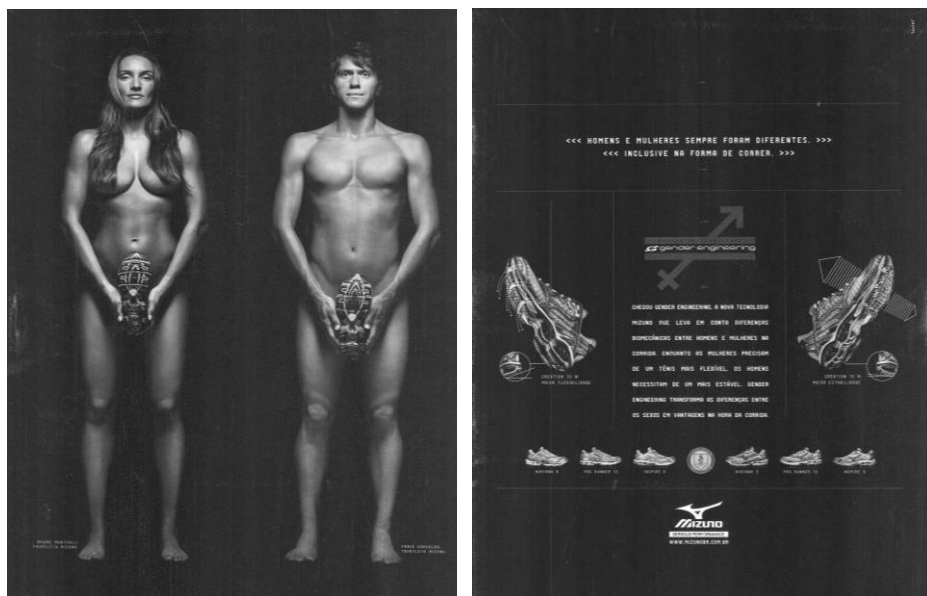


Figura – 2. Homens e mulheres sempre foram diferentes. Inclusive na forma de correr, propaganda, em página dupla, dos tênis da marca Mizuno (Época, março de 2009).

Na figura à direita, igualmente em fundo preto, o referido tênis Mizuno também aparece posicionado à esquerda e à direita da página em inclinação que destaca, mais uma vez, “a tecnologia incorporada à sola”. Essas duas figuras maiores estão entrecortadas por um desenho que remete a uma estilização dos conhecidos símbolos do masculino e do feminino, aonde se pode ler em letras brancas *gender engineering*, e o seguinte texto: *Chegou gender engineering, a nova tecnologia Mizuno que leva em conta diferenças*

biomecânicas entre homens e mulheres na corrida. Enquanto as mulheres precisam de um tênis mais flexível, os homens necessitam de um mais estável. Gender engineering transforma as diferenças entre os sexos em vantagens na hora da corrida. Acima desta tríade principal (imagem do tênis – texto – imagem do tênis), abrindo esta porção direita da figura, ainda lemos, à guisa de um título, a frase *Homens e mulheres sempre foram diferentes. Inclusive na forma de correr.* O tênis à esquerda remete à Eva, é o tênis destinado à mulher (*Creation 10 W* – maior flexibilidade), enquanto que o da direita remete a Adão (*Creation 10 M* – maior estabilidade). Diferentes ilustrações sobre os próprios tênis também se referem às diferenças tecnológicas incorporadas em ambos e, conseqüentemente, às especificidades dos corpos masculinos e femininos: flexibilidade (com linhas tracejadas côncavas da ponta para o meio da sola) e estabilidade (com linhas paralelas partindo do meio da sola para as laterais). Fechando a página encontramos dois conjuntos de três modelos de tênis diferentes (femininos à esquerda, masculinos à direita) voltados para um brasão da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e, mais abaixo e centralizado, o logotipo da Mizuno e a expressão *Serious performance* com o endereço do site da marca no Brasil.

Esta pormenorizada descrição do anúncio serve para que possamos começar a entender o que anteriormente referi como *dispositivo de diferenciação*.

3. DISPOSITIVO DE DIFERENCIAÇÃO MASCULINO/FEMININO: A ORDEM É CHEGAR “À VERDADE” DA INCOMENSURABILIDADE DOS CORPOS

Também orientado por uma perspectiva feminista de gênero, o que significa que me posiciono na direção de uma crítica desconstrutiva das relações de poder-saber que instituem determinadas verdades acerca de homens e mulheres (vide MARIANO, 2005)¹⁰, discorro brevemente, a seguir,

¹⁰ Citeli (2001) refere três grandes linhas (nem sempre tão precisas e com intercruzamentos) que orientam os estudos sobre mulheres, gênero e ciência: “(1) os que se dedicam a dar visibilidade, interpretar e analisar a presença (ou a ausência) das mulheres nas atividades científicas; (2) as investigações epistemológicas que levantam perguntas relativas às implicações do que se entende por empreendimento científico (...) para as clivagens de gênero vigentes, sugerindo dúvidas quanto à possibilidade e às capacidades explicativas das ciências em relação à natureza; e (3) os estudos que focalizam os contextos sociais em que se estrutura o conhecimento científico, procurando identificar os vieses e as metáforas de gênero presentes no conteúdo do conhecimento produzido por diversas disciplinas, especialmente a Biologia” (CITELI, 2001, p.131). É possível dizer que tanto me filio a esta última linha de estudos quanto me valho de autoras e autores a ela vinculados. Brah (2006) refere que “o modo como as questões de biologia são tratadas varia nos diferentes feminismos” e que as feministas não ignoram a biologia das

acerca do conceito de dispositivo. Para fazer isso penso que uma citação mais extensa do trabalho de Marcello (2009) ajudará a melhor circunscrever a relação entre dispositivo e diferenciação sexual, precisamente porque, ao destacar uma série de investimentos da sociedade e da ciência, no século XVIII¹¹, na direção de constituir a amamentação como parte da natureza (instintiva) das mulheres, a autora mostra que foi neste período que a ciência tomou a diferença sexual como questão:

(...) no final do século XVIII, foi possível também enunciar uma diferença entre os sexos. Até então, privilegiava-se o entendimento de um sexo único e, portanto, regulatório – qual seja, o masculino. Este modelo de sexo único foi constituído na Antigüidade e perdurou até a Revolução Francesa – período em que não conseguiu garantir legitimidade e consolidação. Os ideais de igualdade entre os cidadãos caldeados por este movimento histórico se impuseram de tal forma que se tornou insustentável a manutenção da hierarquia proposta pelo modelo do sexo único. Houve, assim, a necessidade contingente da promoção de uma diferenciação entre homens e mulheres para que essa garantia fosse retoricamente almejada. Compreende-se, pois, que *a idéia de uma diferença sexual é recente*. A partir dessa diferenciação fez-se possível a inserção política e o cumprimento de papéis sociais desiguais entre homens e mulheres. *Diferenciados, macho e fêmea tiveram suas funções marcadas pelo determinismo natural de seus corpos*. Com a devida legitimação do discurso da ciência, foram delineadas as finalidades que homens e mulheres deveriam cumprir no âmbito econômico, social, cultural da sociedade (MARCELLO, 2009, p.230; destaques meus).

mulheres (ou seja, a rejeição ao determinismo biológico não significa ausência do biológico para se pensar o social), “mas questionam as ideologias que constroem e representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas” (p.342). Ela também enfatiza que “a força por trás da teoria e da prática feminista do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente às teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição das mulheres como resultado de diferenças inatas” (BRAH, 2006, p.342). Vide também o interessante artigo de Nicholson (2000), no qual ela propõe a expressão “fundacionalismo biológico” para referir as dimensões biológicas mantidas na teorização feminista (o corpo como um tipo de cabide no qual são jogados diferentes artefatos culturais), e discute as diferenças e semelhanças com o determinismo biológico.

¹¹ Seguindo a análise de Schiebinger, Marcello (op.cit.) destaca a introdução do termo “Mammalia” por Lineu, que marcou, “profundamente as formas de conceber as relações de gênero na sociedade e elege[u] a figura materna como protagonista das relações de subsistência entre os seres humanos na primeira etapa de suas vidas” (p.230). A autora também lembra que historicamente, e a partir da ciência da época, o controle, o detalhamento e a minúcia de elementos do corpo feminino (com suas características, a partir daquele momento, destacadas como diametralmente opostas aos corpos masculinos: pélvis alargada, moleza dos tecidos, presença dos seios, fragilidade dos ossos, etc.) passaram a ser detalhadamente descritas, marcando, “de forma indelével a concepção de maternidade que perdurou durante o século XIX e que persiste até hoje” (IBID.).

Segundo Michel Foucault, um dispositivo pode ser compreendido como a rede que se pode estabelecer entre “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais (...), o dito e o não dito” (FOUCAULT, 2000, p.244). O dispositivo também deve ser entendido como “um tipo de formação que, em um dado momento histórico, teve como função responder a uma urgência” (IBID.). Além disso, o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando, portanto, ligado a uma ou mais configurações de saber que dele nascem ou igualmente o condicionam. Em suma, o dispositivo pode ser entendido como “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentado por elas” (IBID. p.246). Essa relação de produção e sustentação pode ser mais bem compreendida a partir da interpretação que Ewald (1993) faz do dispositivo de sexualidade proposto por Foucault:

o próprio dispositivo cria o objeto ao qual se refere e cuja verdade pretende descobrir. O sexo e a sua verdade [por exemplo] não foram recalçados, reprimidos, pervertidos pelo dispositivo de sexualidade, foram, pelo contrário, produzidos por ele como ‘elemento imaginário’ essencial (p.15).

Arán (2009) propôs o uso da expressão “dispositivo *diferença sexual*” para falar acerca dos modos como a psicanálise atua na direção do dispositivo de sexualidade proposto por Foucault. Embora a expressão se aproxime muito da forma como estou entendendo a ideia de dispositivo aqui, especialmente quando a autora refere que “o dispositivo *diferença sexual* na psicanálise restringe a noção de diferença a uma matriz binária compulsória, que se caracteriza pelas oposições feminino/masculino, sexo/gênero, natureza/cultura, heterossexualidade/homossexualidade” (ARÁN, 2009, p.669; destaques da autora), tendo a achar que seria mais produtivo chamar tal dispositivo de *dispositivo de diferenciação*. Isso porque o dispositivo ‘aprende’, ‘estimula’, ‘intensifica’, ‘incita’, ‘forma’, ‘reforça’, ‘encadeia’ corpos, prazeres, discursos, conhecimentos, controles e resistências segundo dadas estratégias de saber-poder¹². Em outras palavras, se o dispositivo é algo que opera na direção de

¹² Aqui, aproprio-me “livremente” da forma como Foucault apresenta a sexualidade como um dispositivo histórico. Segundo esse autor, “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1999, p.100).

“produzir coisas”, o que ele produz e reitera é a própria diferença (que dá existência e é a razão de existir do dispositivo), daí ser um *dispositivo de diferenciação*.

Apropriando-me de alguns caminhos percorridos por Veiga (2002) e por Marcello (2009), em suas análises acerca dos dispositivos da escolarização e da maternidade, respectivamente, penso que se pode dizer, para os fins de meu argumento, que a própria *tecnobiociência* é parte da rede que constitui o dispositivo. Nesta direção, ela procura responder à urgência de “ter que descobrir, dar nome e explicar” diferenças que supostamente “estão no mundo”, as quais são tanto apreendidas dos próprios corpos pelos olhos leigos quanto constituem a razão das buscas no âmbito das ciências.

Se, como afirma Foucault, é o hospício que produz o louco como doente mental; se é a escola, a partir do dispositivo de escolarização, que produz o analfabeto como ignorante (VEIGA, 2002), é possível dizer que a *tecnobiociência* cria o não-humano (no limite, o monstro), o qual poderá ser classificado num “infinito” quadro nosológico que irá, mais uma vez e sempre, reafirmar “a humanidade” do par binário masculino/feminino¹³. Em outras palavras, podemos dizer que a *tecnobiociência* produz as diferenças entre os corpos, dotando-as de valor, hierarquia, funções mais nobres ou não, pois ela envolve uma rede que se estabelece diante de elementos heterogêneos que envolvem os discursos, os laboratórios, a formação dos cientistas, as ideias prevalentes em cada contexto histórico (constituídas e atravessadas por questões de gênero e circulantes entre o conhecimento científico e cotidiano), as técnicas, os procedimentos, as recomendações e ações decorrentes disso, etc. É também nesta direção que se deve entender a diferenciação como uma estratégia de poder.

Tal compreensão pode, talvez, ser mais bem entendida a partir de Fausto-Sterling (2001/2), quando ela diz que

a principal afirmação aqui é que as verdades sobre a sexualidade humana, devidas aos estudiosos em geral e aos biólogos em particular, são um componente das lutas morais, sociais e políticas travadas em nossas culturas e economias. Ao mesmo tempo, componentes de nossas lutas morais, sociais e políticas são, em termos literais, corporificados no nosso ser fisiológico mesmo. Minha intenção é mostrar como essas afirmações

¹³ Mais uma vez, remeto o aprofundamento de tal questão para as discussões que tem sido feitas em relação aos corpos intersex. Vide, por exemplo, a coletânea “Interdicciones – escrituras de la intersexualidad en castellano”, organizada por Cabral (2009).

mutuamente dependentes operam, em parte, enfrentando questões como a da criação, pelos cientistas – em suas vidas cotidianas, experimentos e práticas médicas – de verdades sobre a sexualidade; como nossos corpos incorporam e confirmam essas verdades; e como essas verdades esculpidas pelo meio social em que biólogos praticam seu ofício, por sua vez, dão forma a nosso ambiente cultural (p.21).

O dispositivo de diferenciação no âmbito da *tecnobiociência* opera na direção de marcar a verdade (mesmo que ao longo do tempo, ou com o passar do tempo, se mostre provisória) das afirmações relativas às diferenças biológicas. Essa postergação, no entanto, mesmo que adie a confirmação “da verdade”, do desvelamento derradeiro das diferenças situadas no corpo, acaba por construir a compreensão de que tais diferenças existem (estão ali esperando para ser encontradas por uma *tecnobiociência* que sempre avança) ao mesmo tempo em que cria, também no âmbito social¹⁴, a compreensão de que tais diferenças efetivamente existem e são elas mesmas as responsáveis pela diferenciação masculino/feminino. Ora, o que argumento é que tal operação cria as próprias diferenças, não as revela – não se trata de revelação, mas de construção – lembremos: “o próprio dispositivo cria o objeto ao qual se refere e cuja verdade pretende descobrir” (EWALD, 1993, p.15).

Embora não seja nesta direção que aponte o interessante texto de Joan Scott, *O enigma da igualdade*, os paradoxos da igualdade¹⁵ trabalhados pela autora servem para que se possa tanto tensionar quanto corroborar com isso que estou denominando de dispositivo da diferenciação, exatamente porque, como ela diz, a partir de Palmer “a igualdade requer um ato de escolha, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou ignoradas enquanto outras são maximizadas e postas a se desenvolver” (PALMER apud SCOTT, 2005, p.15). Assim, seguindo a crítica feminista aos estudos científicos (SCHIEBINGER, 1996, 1998, 2001); CITELI, 2001; FAUSTO-STERLING, 2001/2; entre outras), é possível dizer que diferentes grupos foram (e são) minimizados ou ignorados em relação à conhecida sigla WASP (branco – anglo-saxão – protestante), a qual também se pode agregar “heterossexual”¹⁶.

¹⁴ Vide os argumentos de Rose (2006), no início do capítulo 1º, bem como aqueles de Rose (2007) acerca da genética e suas promessas, especialmente nos capítulos 1, 2 e 3.

¹⁵ Tais paradoxos podem, talvez, ser resumidos na seguinte colocação, apresentada como o paradoxo final: “os termos do protesto contra a discriminação tanto recusam quanto aceitam as identidades de grupo sobre as quais a discriminação está baseada” (SCOTT, 2005, p.20).

¹⁶ Mais uma vez, aponto para os limites deste texto no que se refere ao aprofundamento das discussões realizadas no âmbito dos corpos intersex, pois penso que tais discussões, para além

Partilho com Fausto-Sterling da compreensão de que nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Segunda ela,

quanto mais procuramos uma base física simples para o 'sexo' mais claro fica que o 'sexo' não é uma categoria física pura, [pois] aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas idéias sobre o gênero (FAUSTO-STERLING, 2001/2, p.19; vide também LOURO, 2000, 2004; ROHDEN, 2004, 2008)¹⁷.

Referindo-se, por exemplo, aos (antigos) testes “científicos” do cromossomo exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional para definição do sexo, essa autora diz que em termos de sexo existem nuances de diferença e rotular alguém como homem ou mulher é uma decisão social¹⁸: “podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo” (p.14-5)¹⁹.

da necessária dimensão política relativa aos direitos sexuais – aqui entendidos como direitos humanos – constituem-se num poderoso referencial teórico-político (como todo conhecimento o é) para desconstruir os limites teóricos do binarismo masculino/feminino-heterossexual. Para ampliar esta discussão e situá-la no âmbito das políticas da diferença, ver também Brah (2006).

¹⁷ Fausto-Sterling mostra como os próprios conceitos de heterossexualidade e homossexualidade “se estendem até estudos de fins do século XX sobre roedores. Uma rata lésbica é a que monta; um rato gay é o que aceita ser montado” (op. cit., p.44). É preciso ressaltar que a autora escreve no início da última década do século XX, portanto não está referindo um término de tal modo de compreensão nos dias de hoje (quando refere “... se estendem até estudos de fins do século XX...”), mas fazendo referência àquele contexto temporal.

¹⁸ Segundo Fausto-Sterling (op.cit.) “são poucas as diferenças de sexo que não podem ser mudadas pelas vicissitudes da vida. (...) ter um pênis ou ma vagina é uma diferença de sexo. O desempenho superior dos meninos em relação ao das meninas em provas de matemática é uma diferença de gênero. É de se supor que estas possam ser mudadas, ainda que aquelas não o possam” (p.16). É claro que ao renunciarem ao território do sexo físico, as feministas ficaram expostas a ataques renovados com base na diferença biológica (por parte da biologia, medicina e mesmo de setores significativos das ciências sociais) – debate que “é problemático para as feministas porque opõe a autoridade da ciência, especialmente a biologia, à autoridade da ciência social – e em qualquer enfrentamento desse tipo a ciência social tende a perder. Em nossa cultura, a ciência carrega consigo a pompa do acesso especial à verdade: a pretensão à objetividade” (FAUSTO-STERLING, 2001/2, p.17).

¹⁹ Nesta mesma direção, vide os interessantes textos de Schiebinger (1996) acerca da classificação das plantas e da “escolha” do termo *Mammalia* para designar os mamíferos (SCHIEBINGER, 1998) por parte de Lineu (vide também SANTOS, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo dito isso, e uma vez que se trata, aqui, de discutir tais questões no que se refere ao ensino de biologia, torna-se importante marcar que, no limite, as implicações para o ensino de biologia talvez não sejam necessária e imediatamente essas relativas ao *dispositivo de diferenciação* que procurei circunscrever. No entanto, tais considerações, quando discutidas em relação ao espaço de sala de aula tem a potencialidade de mostrar como a biologia foi construída como conhecimento/como verdade. Num sentido amplo (de poder-saber, mas também ético-político-epistemológico) é isso que importa: mostrar como o mundo é construído em dados contextos sociais, que ele não é um desvelamento do que está “ali” esperando para ser descoberto/decifrado. Num sentido estrito (de poder-saber, mas também ético-político das relações de ensino-aprendizagem), isso pode permitir entender como o currículo se constitui numa narrativa contingente, histórica, parcial, política, negociável. Em outras palavras, e considerando as questões levantadas neste texto, não se trata apenas de transformar *as diferenças entre os sexos em vantagens na hora da corrida*, como refere ‘a tecnologia’ *Gender engeneering*, da Mizuno, mas de procurar mostrar:

a) o limite de nossas formas de classificação, especialmente aquela que remete à norma binária dos corpos heterossexuais (masculino/feminino);

b) que são essas próprias diferenças, supostamente encontradas na materialidade biológica que, sob uma dada matriz de gênero (seja ela pendente para o masculino ou feminino, ambas limitadas, mas com efeitos diferentes), instituem, catalogam e hierarquizam tais diferenças “fazendo-as pesar” sempre em relação a um padrão tido como normal e, por isso mesmo, não falado/não questionado/invisível;

c) que, no contexto contemporâneo, em que as diferentes promessas advindas dos campos da genética e das neurociências (mesmo que não realizadas, criaram uma aposta positiva e introduziram o jargão no âmbito cotidiano²⁰), fará bem às biólogas e aos biólogos pensarem na crítica de Fausto-Sterling (2001/2) quando ela refere que “os biólogos moleculares

²⁰ Vide, por exemplo, os trabalhos de Ripoll (2007a, 2007b, 2008); Petersen (2001), Rose (2006) e Rose (2007) que, mesmo que realizados em contextos diferentes, mostram como a mídia e a constituição da opinião pública a partir das informações veiculadas nas mais variadas instâncias midiáticas produz determinadas “crenças” em relação às “promessas científicas”, as quais, mesmo que não cumpridas com o passar dos anos, acabam por instituir uma aposta (ou uma fé) na ciência.

raramente pensam sobre órgãos que interagem dentro de um corpo individual, e ainda menos freqüentemente sobre como um corpo com uma pele interage com o mundo que fica do outro lado dessa pele” (p.21);

d) que a política de formação de professoras e professores de ciências e de biologia precisa incorporar as críticas que (há alguns anos) as ciências sociais e humanas tem feito ao caráter de realidade da Ciência – vista como “C” maiúsculo –, na qual a Biologia, não estranhamente se constituiu²¹;

e) que, entre outras coisas, o que está em jogo é uma política de conhecimento instaurada numa dada matriz que constitui, dita e reafirma certa inteligibilidade que não nos permite “ver fora dela” – tudo aquilo que lhe escapa torna-se não-ciência ou má-ciência.

Pode-se, por fim, afirmar que entender o conhecimento tecnobiocientífico de outros modos pode ter efeitos positivos nos corpos e na vida vivida das pessoas marcadas, segundo dadas verdades, como diferentes por “sua biologia”.

REFERÊNCIAS

ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p.399-422, 2003.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, p.329-376, 2006.

BUSTORFF-SILVA, J. M.; MIRANDA, M. L. Ambigüidade sexual na infância: aspectos cirúrgicos da escolha do gênero de criação. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.197-222.

CABRAL, M. (Org.). **Interdicciones** – escrituras de la intersexualidad en castellano. Córdoba, Argentina: Anarrés Editorial (Edición electrónica. Disponible en: <http://www.mulabi.org/>), 2009. Acesso em: 08 set. 2010.

CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.131-145, 2001.

²¹ Afinal, como refere Rohden, “as grandes descobertas científicas que marcaram o século reforçam a idéia de que a partir da observação da natureza poder-se-ia chegar à verdade dos fatos” (ROHDEN, 2004, p.194).

COSTA, J. F. *O vestígio e a aura* – corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond. 1ed. 2004.

ETCOFF, N. *A lei do mais belo* – a ciência da beleza. Rio de Janeiro: Objetiva. 1 ed. 1999.

EWALD, F. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja. 1 ed. 1993.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17/18, p.9-79, 2001/2.

FISHER, H. *Por que amamos* – a natureza e a química do amor romântico. Rio de Janeiro: Record. 1 ed. 2006.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 15 ed. 2000.

_____. *A história da sexualidade I* – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 13 ed. 1999.

HARAWAY, D. The promisses of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d other. In: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHLER, P. (Orgs.). *Cultural Studies*. New York/London: Routledge. 1 ed. 1992. p.295-337.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (Org.). *Antropologia do ciborgue* – as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica. 1 ed. 2000. p.37-129.

_____. *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan©Meets_Onco_Mouse™*: Feminism and Technoscience. New York: Routledge. 1 ed. 1997.

KUNZRU, H. “Você é um ciborgue”: um encontro com Donna Haraway. In: SILVA, T. T. (Org.). *Antropologia do ciborgue* – as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica. 1 ed. 2000. p.19-36.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos* – ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34. 1 ed. 1994.

_____. *A esperança de Pandora*. Bauru, SP: EDUSC. 1 ed. 2001.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.25, n.2, p.59-76, 2000.

_____. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica. 1 ed. 2004.

MACHADO, P. S. "Quimeras" da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.20, n.59, p.67-80, 2005.

_____. Intersexualidade e o "Consenso de Chicago" as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.68, p.109-123, 2008.

MARCELLO, F. A. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, p.226-241, 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.htm>. (Acesso em 20 ago. 2010).

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.2, p.483-505, 2005.

MEYER, D. E. Educação, saúde e politização da maternidade: olhares desde a articulação entre estudos culturais e estudos de gênero. In: SILVEIRA, R. M. H. (Org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais. Canoas/RS: Editora da Ulbra. 1 ed. 2005. p.145-163.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto** – corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond. 1 ed. 2008.

PETERSEN, A. Biofantasies: genetics and medicine in the print news media. **Social Science and Medicine**, v.52, n.8, 1255-1268, 2001.

RIPOLL, D. Corpo e biotecnologias na contemporaneidade: lições midiáticas. In: **III Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**: discutindo práticas educativas, 2007, Porto Alegre, RS: CD-ROM do III Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas, 2007a.

_____. Testagens Genéticas: poderosas (e arriscadas) armadilhas da mídia contemporânea? In: **16º COLE - Congresso de Leitura do Brasil, 2007**, Campinas, SP. Caderno de Atividades e Resumos do 16º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007b.

_____. Você tem medo de quê? A pedagogização midiática do risco. **ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. V. único, p.1-7, 2008. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=494>. (Acesso em 15 jun.2009).

ROHDEN, F. A obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond. 1 ed. 2004. p.183-196.

_____. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p.133-152, 2008.

ROSE, S. **O cérebro do século XXI** – como entender, manipular e desenvolver a mente. São Paulo: Globo. 1 ed. 2006.

ROSE, N. **The politics of life itself** – biomedicine, power, subjectivity in the twenty-first century. Princeton: Princeton University Press. 1 ed. 2007.

SANTOS, L. H. S. A biologia tem uma história que não é natural. In: COSTA, M. V. (Org.). **Estudos Culturais em Educação**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 1 ed. 2000. p.229-256.

SCHIEBINGER, L. Gender and natural history. In: JARDINE, N.; SECORD, J.; SPARY, E. (Orgs.). **Cultures of natural history**. London: Cambridge University Press, 1996. p.163-177.

_____. Mamíferos primatologia e sexologia. In: PORTER, R.; TEICH, M. (Orgs.). **Conhecimento sexual, ciência sexual** – a história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1998. p.219-246.

_____. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru/SP: EDUSC. 1 ed. 2001.

SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. **Mulher – novos limites para o corpo**. São Paulo: Duetto, s/d.

_____. **Homem – sexo e qualidade de vida**. São Paulo: Duetto, s/d.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, 2005.

SILVA, A. C. L. F.; ANDRADE, M. M. Mito e gênero: Pandora e Eva em perspectiva histórica comparada. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.33, p.313-342, 2009.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 1 ed. 156 p.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org. e trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. 1 ed. p.73-102.

_____. Identidade e diferença: impertinências. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano 23, n.79, p.65-66, 2002.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.21, p.90-103, 2000.